



MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PORTO ALEGRE: A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA COMO MEIO DE CRIAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA

ALESSANDRA SCHUNSKI¹; ADRIANA PORTELLA²

¹Universidade Federal de Pelotas – aschunski@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - adrianaportella@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras serviram, e, ainda servem, de palco para diversas situações de violações de direitos humanos, especialmente nos anos de ditadura civil-militar brasileira. O caminhar na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, mostra a quase inexistência de marcos ou identificadores de locais que ocorreram violações de direitos humanos e civis, acolhendo a memória das vítimas e envolvidos com este passado.

A política do Estado de não reconhecimento destes locais fomenta o apagamento da memória histórica do povo, o que se evidencia na falta de conhecimento da população brasileira sobre fatos transcorridos nos anos da ditadura civil-militar. Segundo pesquisa Datafolha, 65% dos brasileiros entrevistados nunca haviam ouvido falar e nem sabiam o que o Ato Institucional 5 (AI-5), que inaugurou um dos períodos mais sombrios da ditadura e da nossa história. Este ato, institucionalizou a prática de tortura e violência em diversos pontos da cidade.

O presente trabalho busca identificar e conhecer os três locais de repressão civil e militar ligados a saúde e medicina, com o objetivo de criar lugares de memória, fomentando o reconhecimento das responsabilidades do poder público sobre os ocorridos e materialização do combate ao negacionismo ditatorial. Compreendendo também, a importância de intervenções urbanas como aliadas na criação Lugares de Memória.

LUGARES DE MEMÓRIA

Lugares de Memória é um termo concebido pelo historiador francês Pierre Nora, em uma coletânea de textos, onde acredita que Lugares de Memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais.” (NORA, Pierre. Entre Memórias e História: a problemática dos lugares. In Projeto História: PUC, São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, p.13).).

Lugares de Memória são instalações concretas que buscam celebrar, cultivar e registrar memórias de vítimas submetidas a graves violências e/ou supressão de direitos, promovendo a reparação simbólica das vítimas e garantindo o direito à memória e à justiça. Causa reparação extrajudicial, uma vez que o Estado, por meio de implantação e gestão destes locais – ou apoio para eles no caso de uma iniciativa privada – expressa pública e oficialmente o seu repúdio às violações cometidas, ao negacionismo e reforça a ideia de que não se repita.

DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Os precedentes que culminaram no golpe civil-militar de 1964, datam desde 1961 com a posse e a renúncia de Jânio Quadros, no mesmo ano e a posse do então vice-presidente João Goulart, o “Jango”. É importante ressaltar



que já havia um golpismo pairando sobre os quadros políticos brasileiros, conforme demonstrado durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1953). O relatório da Comissão Nacional da Verdade (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Volume I. Dezembro de 2014, p.6), descreve os movimentos feitos por militares para destituir Vargas, inclusive com o apoio de Castelo Branco, o primeiro ditador pós-golpe de 64.

Jânio Quadros assumiu o governo em janeiro de 1961, sendo o primeiro presidente a tomar posse na nova capital federal, Brasília. Em agosto do mesmo ano, Jânio renúncia. Seu vice, Jango encontrava-se na China em missão para negociar acordos econômicos e diplomáticos. Setores conservadores da sociedade usaram essa situação como desculpa de ameaça comunista para se opor à posse de Jango. Dessa forma, instaurou-se uma grave crise política e surgiu a Campanha da Legalidade- movimento comandado pelo governador gaúcho Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart. A solução proposta para permitir a posse de Jango foi a implantação do parlamentarismo, que limitava os poderes políticos do presidente da república.

O cenário da posse de Jango foi marcado por uma inflação e dívida externas altas, desestabilidade políticas, desigualdade social e intensas movimentações agrárias. Para lidar com essas questões, apostou- em projetos de reformas estruturais chamadas de Reformas de Base, que visava organizar reformas em diversas áreas como agrária, educacional, urbana etc. Essas pautas somadas a outras entraram em conflito como os interesses de latifundiário, grandes proprietários, empresários, em suma com a elite econômica

Em 31 de março de 1964, do comando da 4ª Região Militar sediada em Juiz de Fora (MG), iniciou uma movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Com o reconhecimento do presidente João Goulart da impossibilidade de oposição ao movimento militar, Jango foi destituído.

O Brasil conheceu o seu primeiro Ato Institucional (AI) em abril de 64, como um manifesto à nação sob forma de norma jurídica. Com o crescimento de movimentos sociais de oposição e o aparecimento de grupos de guerrilha urbana como MR-8 e ALN, o ditador Costa e Silva emite o ato institucional n.5 (AI-5), em dezembro de 68 o que representou um enorme salto na intensidade da repressão, eliminando as últimas garantias legais que restavam à cidadania. O país passou a viver os chamados “Anos de Chumbo”, que se estendeu desde o final do governo Costa e Silva (1967) até o governo Médici (1969).

A repressão mostrou-se precoce no Rio Grande do Sul devido sua tradição popular trabalhista e de insubmissão a forças militares, uma vez que foi o palco da Campanha da Legalidade, em 61. Em 82, após a extinção do DOPS, o governador Amaral de Souza, ordenou a queima de todos os arquivos relacionados a repressão. Mesmo com dificuldade de encontrar registros sobre os locais foi possível identificar, ao menos, 46 locais de repressão em Porto Alegre e região metropolitana.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão teórica bibliográfica para definir e contextualizar os Lugares de Memória, que serviram de locais para práticas repressivas, de torturas e morte em Porto Alegre. O objetivo do trabalho é de instigar a criação de Lugares de Memória em locais de repressão na cidade, selecionados a partir de três critérios:

1. Espaços de saúde e medicina relacionados a permanência de tortura e morte de presos políticos



2. Ausência de marcos rememorando a história ocorrida no local.
3. Ausência de marcos nas adjacências do local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A queima de documentos em 82, demonstra uma operação de ocultamento dos crimes da repressão, dificultando a apuração dos locais em que houve repressão política e violações de direitos, espalhados pelo Estado.

Foram analisados e escolhidos, lugares de saúde e medicina que não haveria nenhum tipo de intervenção, urbana ou não, que pontuasse como um Lugar de Memória. Esses locais foram separados em dois tipos de repressão: repressão civil e repressão militar. Esta diferenciação serve para que não se esqueça que durante a ditadura, alguns civis, muitas vezes na forma de milícias, colocaram-se a disposição do Estado como meio repressivo contra outros civis.

Os locais de saúde e medicina foram selecionados por haver uma contrariedade em sua finalidade. Há nestes locais uma validação do Estado para que se cometessem crimes, antagonicamente aos valores éticos e morais da prática da Medicina.

INSTITUTO MÉDICO-LEGAL (IML)

Local de repressão militar. Situado no bairro Santana, Porto Alegre. Há o registro de diversos departamentos médico-legais no Brasil que contribuíram para o regime militar. O relatório intitulado de “Assassinato de Opositores Políticos no Brasil – Laudos falsos e fraudes praticadas por legistas no Instituto Médico-Legal de São Paulo durante a ditadura civil-militar” da Comissão da Verdade da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP) demonstra que o departamento expediu pelo menos 51 laudos necroscópicos falsos. Esta prática se repete em Porto Alegre, uma vez que há registros de muitos laudos forjados para que não parecesse que os presos no Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Estadual (DOPS) sofreram tortura, além de laudos de corpo de delito de quando o preso entrava no DOPS, relativizando a saúde do paciente e retirando a responsabilidade do Estado quanto a uma possível morte acidental.

HOSPITAL PRESIDENTE VARGAS

Local de repressão civil. Situado no bairro Independência, Porto Alegre. É um hospital público estadual que ainda se encontra em atividade, hoje caracterizado como um hospital materno-infantil. Foi um local de serviço ativo, que delineava um apoio logístico, pois tinha uma posição muito próxima ao “Dopinha”, às ações entre oficiais e milícias secretas para a cura forçada das vítimas. Atuou em conjunto à tortura no DOPS e não se há registro exato da quantidade de vítimas que passaram por suas instalações devido a clandestinidade das operações.

UNIÃO GAÚCHA DOS POLICIAIS CIVIS (UGAPOCI)

Local de repressão militar. Situado no Centro Histórico de Porto Alegre. A União Gaúcha dos Policiais é uma cooperativa médica para policiais civis que ainda está em atividade. Foi utilizada para diagnosticar o estado clínico das pessoas torturadas. Este diagnóstico tinha como objetivo evitar a morte de uma pessoa que estava em seu limite de tortura ou para prosseguir a prática. Atuou como aliada orgânica e velada do DOPS e do Centro de Informações do Exército (CIE), pois em seu atendimento ambulatorial acabava evitando a utilização de hospitais públicos em situações comprometedoras de emergências ilegais. Segundo levantamento de Ellwanger e Ribas (ELLWANGER; RIBAS, 2016) “há relatos de resistência de profissionais ao uso criminal da profissão médica”.



4. CONCLUSÕES

Em diversos locais, a intervenção urbana foi a escolhida como a maneira mais adequada de relembrar a história do local. Em Porto Alegre, houve iniciativa da prefeitura municipal em conjunto com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos inaugurando o projeto “Marcas da Memória” com objetivo de instalação de 20 placas pela cidade em locais que abrigaram tortura durante a ditadura civil-militar. Porém, não se há informações sobre a real situação do projeto ou sobre quaisquer outros projetos na cidade de Porto Alegre.

Diante dos conceitos e contextos analisados, o trabalho busca uma reflexão perante a necessidade de rememoração dos diversos espaços ligados a supressão de direitos humanos e civis. A interrupção do projeto “Marcas da Memória” nota-se uma ineficiência do poder público quanto a criação de Lugares de Memória na cidade.

Sendo assim, os locais de saúde e medicina analisados poderiam abrigar em suas calçadas ou fachadas marcos com intensão de rememorar as violações de direitos humanos. Buscando o reconhecimento de serem locais responsáveis pela continuação de violências físicas e emocionais em seres humanos, contradizendo seus princípios básicos de saúde e acolhimento.

O poder público, deve investir, urgentemente, nestes espaços. A crescente onda de negacionismo ditatorial e desinformação deve ser combatida. Assim, a sociedade também ganha espaço para ser ouvida, e o usuário da cidade, mesmo que não intencionalmente, compreende a história da cidade e de uma época cruel e ainda impune no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CYMBALISTA, R. Mobilizações da memória em lugares de morte em São Paulo: Flavio Sant’Anna, Edson Neris, Andrea de Mayo. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, ano 2017, n. 6, p. 22-246, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/499a1141/9238/4ff4/98bb/ca5923cd0512.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

DROGUETT, R.F.; GONZÁLEZ, L.L.; SHAFIR, I. P. Recordar la Dictadura Chilena Visitando Lugares de Memoria. **Psicologia&Sociedade**, ano 2017, n. 6, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/499a1141/9238/4ff4/98bb/ca5923cd0512.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

CARNEIRO, A.N. **Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Ensino de História Através da Tecnologia Digital**. 2018, 67f. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ELLWANGER, R.; RIBAS, V.L.. Lugares de Repressão Política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil). In: **SEMINARIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA**, IX., Buenos Aires, 2016, **Anais...** Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2016. p 33 .

DATAFOLHA. **Opinião sobre a Democracia**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, jan. de 2020. Acessado em 9 set. 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/01/02/42a3a1405e015b37af0facb59e438492osdemo.pdf>.